

Designação	Fornecedor	Valor (em euros, incluindo IVA)
PJ de Alenquer — reparação de redes interiores de águas e esgotos, ajuste directo.	Salvador J. Henrique	5 831
PJ da Guarda — empreitada de remodelação, concurso público	Sanches, Filipe & Maroco	945 620,86
PJ de Évora — empreitada de pintura de paredes e tectos, consulta prévia	AGILARQ, L. ^{da}	23 721,41
IRS — Convento de Santa Clara, Vila do Conde — reparações, ajuste directo.	ACF, S. A.	4 284
Escadinhos de São Crispim, 7, Lisboa — reparação da cobertura, consulta prévia.	CONSPRONEL, L. ^{da}	29 355,71
Escadinhos de São Crispim, 7 — pintura de paredes e tectos, consulta prévia.	Avelino Soares Madureira	19 005,25
PJ de Olhão — acesso para pessoas de mobilidade reduzida, concurso limitado.	HABIPRO — Const. Civil, L. ^{da}	49 980
PJ do Entroncamento — sala de formação, ajuste directo	João Salvador, L. ^{da}	2 119,69
Casas de magistrados de Almada — obras de reparação, ajuste directo	J. P. Tavares Unipessoal	3 843,70
TJ de Cuba — instalações provisórias/construção civil, consulta prévia	A. Encosta, S. A.	23 720,51
TJ de Cuba — instalações provisórias/instalações eléctricas, consulta prévia.	SOMAGIL, Electri., L. ^{da}	29 155
Casas de magistrados das Caldas da Rainha — reparação de instalações sanitárias, consulta prévia.	Daniel Joaquim Esgueira	10 361,33
PJ de Valpaços — empreitada de remodelação, concurso público	José P. Nunes & Filhos	774 399,77
PJ de Mirandela — construção da 2.ª sala de audiências, consulta prévia	SINCOF, L. ^{da}	29 589,50
IRS — Rua do Duque de Loulé, 72, 3.º — instalações eléctricas, consulta prévia.	Girante, L. ^{da}	24 193,69
Casas de magistrados de Fafe — muro de vedação, consulta prévia	Fernando Ribeiro & Irm.	15 493,80
CE de Santa Clara, Vila do Conde — empreitada de construção, concurso público.	J. Const. San José, S. A.	2 111 397
PJ de Reguengos de Monsaraz — empreitada de remodelação, concurso público.	António da S. Campos, L. ^{da}	594 405
Juízos criminais do Porto — remodelação de quadros eléctricos (pisos 5, 6 e 7), consulta prévia.	Soc. Elec. Ideal Braga, L. ^{da}	28 460,04
PJ de Cuba — empreitada de remodelação, concurso público	A Encosta, S. A.	400 171,62
Juízos criminais de Lisboa — empreitada de remodelação, concurso público.	Mota-Engil, S. A.	935 341,24
TJ de Estarreja — remodelação da cobertura, concurso limitado	A Encosta, S. A.	110 414,01
TAF e TT de Almada — obras diversas de remodelação, consulta prévia	António Mateus Heleno	14 470,40
PJ de Torres Vedras — empreitada de remodelação, concurso público	CONSTROPE	830 236,69
Edifício da Rua da Madalena, 273 — instalação da IGSI, consulta prévia com dispensa de concurso.	Arlindo Correia & filhos, S. A.	26 875,70
Conservatória do Registo Predial de Évora — obras de remodelação, concurso público.	PERT, L. ^{da}	256 051,61
Casas de magistrados de Cascais — obras de reparação, consulta prévia	SOCARPIM, L. ^{da}	8 225,88
Casas de magistrados de Cascais — obras de reparação, consulta prévia	SOCARPIM, L. ^{da}	12 027,93
Tribunal do Trabalho do Porto — 1.º/2.º Juízos — substituição de canalizações, consulta prévia.	EDIRCOP, S. A.	12 433,12
Tribunal da Boa-Hora — adaptação para inst. do arquivo, concurso limitado.	António Mateus Heleno, L. ^{da}	71 566,21
Tribunal do Trabalho de Águeda — reparação das instalações sanitárias, consulta prévia.	Élio Rodrigues Batista	2 308,60
Tribunal da Boa-Hora — instalação da sala de imprensa, consulta prévia	Brera, L. ^{da}	29 643,73
Palácio da Justiça do Cartaxo — reparação da cobertura, consulta prévia	Salvador Joaquim Henrique	5 890,50
Tribunal de Comércio de Lisboa — obras de demolição, ajuste directo	Fiães, L. ^{da}	3 689
Tribunal Judicial de Alvaiázere — obras de reparação da cobertura, consulta prévia.	António Mateus Heleno, L. ^{da}	28 058,42
Casas de magistrados de Cascais — obras de reparação, consulta prévia	SOCARPIM, L. ^{da}	22 587,99
Palácio da Justiça do Barreiro — reparação de fachadas, ajuste directo com dispensa de concurso.	Soares da Costa, S. A.	220 150
Casa de magistrados de Lisboa, Avenida do Infante Santo — caixilharias, consulta prévia.	EXPRESSO VIDRO, L. ^{da}	8 340,71
Tribunal do Trabalho de Bragança — obras de remodelação, concurso limitado.	SINCOF, L. ^{da}	102 015,36
Palácio da Justiça de Vila Nova de Famalicão — empreitada de construção, concurso público.	Construtora San José, S. A.	8 764 892,63
Tribunal Judicial de Fafe — reparação do gabinete do magistrado do Ministério Público, ajuste directo.	Fernando Ribeiro & Irmãos	2 046,80
Edifício do Ministério da Justiça, Praça do Comércio — obras diversas, consulta prévia.	ACF, S. A.	29 333,50
Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus — supressão do balde higiénico, concurso público.	GRAVINER, S. A.	2 955 775,14

24 de Março de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Alpendre*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 4001/2005 (2.ª série). — Anulado o procedimento de concurso aberto pelo aviso n.º 10 096/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 1 de Outubro de 2002 (concurso interno geral para o preenchimento do cargo de director do Serviço de Clínica

Médico-Legal da delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal), por despacho de 8 de Março de 2005 do Secretário de Estado da Justiça do seguinte teor:

«No concurso para a direcção do Serviço de Clínica Médico-Legal da delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal, concurso este aberto pelo aviso n.º 10 096/2002, publicado na 2.ª série

do *Diário da República*, de 1 de Outubro de 2002, considerou o respectivo júri não ter condições para prosseguir com as operações materiais respeitantes ao mesmo, por falta de quórum, situação esta decorrente da interposição de sucessivos recursos por parte de uma das candidatas opositoras ao mesmo concurso.

Posteriormente, a publicação da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determinou, no seu n.º 4 do artigo 37.º, a validade dos concursos cujos avisos de abertura se encontrassem publicados à data da sua entrada em vigor, concursos estes que deviam prosseguir caso tal se mostrasse legalmente possível.

Sucedeu, porém, que o mesmo diploma, ao revogar a Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, provocou *ope legis* a extinção da comissão de observação e acompanhamento, comissão esta perante a qual era sorteado o júri dos concursos para cargos dirigentes, razão pela qual a recomposição do júri do concurso a que este meu despacho se reporta se tornou impossível, levando, por conseguinte, à paralisação do mesmo.

Face ao exposto, determino a anulação do procedimento do concurso, devendo iniciar-se um outro procedimento concursal de selecção de novo titular para a chefia do Serviço de Clínica Médico-Legal da delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal, concurso este a processar-se nos termos das disposições aplicáveis da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.»

21 de Março de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Instituto de Reinserção Social

Rectificação n.º 597/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 24 de Fevereiro de 2005, o despacho (extracto) n.º 4076/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «designada coordenadora da Unidade Operativa de Setúbal para a Vigilância Electrónica, em regime de acumulação, por um período de seis meses, renováveis, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2005» deve ler-se «designada coordenadora da Unidade Operativa de Setúbal para a Vigilância Electrónica, por um período de seis meses, renováveis, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2005».

1 de Abril de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8016/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio em regime de comissão de serviço o licenciado

António José Borrani Crisóstomo Teixeira para desempenhar funções de especialidade técnica no âmbito das obras públicas e transportes.

2 — A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

3 — Independentemente do disposto no número anterior, a presente nomeação é revogável a todo o tempo.

4 — As remunerações a processar mensalmente serão as equivalentes às estabelecidas por lei para o cargo de director-geral, incluindo os subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono de representação.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 8017/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de requisição, Ana Rute Fernandes Peixinho de Cristo da Cunha para coordenação do Gabinete de Imprensa.

2 — A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

3 — Independentemente do disposto no número anterior, a presente nomeação é revogável a todo o tempo.

4 — As remunerações a processar mensalmente serão as equivalentes às estabelecidas por lei para o cargo de adjunto de gabinete, incluindo subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono de representação.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 8018/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de requisição, Sandra Maria Costa Silva para exercer o cargo de assessora do Gabinete de Imprensa.

2 — A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário.

3 — Independentemente do disposto no número anterior, a presente nomeação é revogável a todo o tempo.

4 — As remunerações a processar mensalmente serão as equivalentes às estabelecidas por lei para o cargo de chefe de divisão, incluindo subsídios de férias, de Natal e de refeição, acrescidas do abono de representação.

28 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Secretaria-Geral

Listagem n.º 97/2005. — Em cumprimento do determinado na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicam-se as listagens das transferências efectuadas no 2.º semestre de 2004 pelos organismos dependentes do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Financiamentos para estudos de enquadramento e desenvolvimento do sistema de transportes

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante (euros)
SET	5-7-2004	Assoc. p/Desenv. da FMH	4 683
SET	18-6-2004	ANTRAM	157 249
SETC	18-10-2004	Caima Transportes, S. A.	8 472

Financiamento para a melhoria da qualidade e segurança dos sistemas e serviços de transportes públicos

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante (euros)
SET	29-3-2004	Goethe Institut	5 000
SET	15-6-2004	RETÁLIS	7 688
SETC	18-10-2004	ANTRAM	14 990